



ATA SEI

Ata da reunião Ordinária do COMSEAN do dia 25 de maio de 2017

Aos vinte e cinco dias do mês de maio de dois mil e dezessete, às oito horas e quarenta minutos, conforme regimento interno do Conselho, no Auditório da Casa dos Conselhos, situado na rua: Afonso Pena, 840-Bucarein em Joinville-SC, teve início à reunião ordinária do mês de maio de dois mil e dezessete. Estavam presentes na reunião os conselheiros: Edina Acordi Soeth, Gabriela Portele Schroeder, Heloisa Bade, Viviane de Fátima Leite do Prado, José Declarindo dos Santos, Fátima Maria de Oliveira, Sandra Ana Czarnobay, Marina Schoninger Fenner, Tânia Maria Crescêncio, Marilyn Gonçalves Ferreira Kuntz, Luciene Viana Nunes, Márcia Luciane Lange Silveira, Rejaine Santos Costa, Sergina Ribeiro Serafim e Paulo Roberto de Freitas. Justificaram as ausências: Silvano Ribeiro, Mariana V. dos Santos Kraemer, Janine Guimarães, Érika Dantas de Medeiros Rocha, Tamara Urnau. A Presidente do COMSEAN inicia a reunião dando boas-vindas a todos. **1 - Ordem do dia: 1.1 Aprovação da Pauta.** Foram incluídos cinco novos itens. 3.1 Capacitação SISAN. 3.2 Audiência Pública Plano Decenal da Criança e Adolescente. 3.3 LOA 2018 para análise. 3.4 Informe José Cozinha Comunitária Paranaguamirim. 3.5 Relato Tânia na Semana Acadêmica da Universidade Católica de Santa Catarina. Pauta Aprovada. **1.2 Aprovação da Ata anterior.** Ata aprovada. **1.3 Apresentação do trabalho da Comissão análise PLAMSAN.** Luciene sugere dar continuidade a pauta, terminando a mesma o mais breve possível, para então retornar a este item mais tarde, pois será mais extenso. **1.4 Aprovação Parecer Comissão de Finanças.** Tânia relata que a Comissão recebeu dois blocos de informações referente a Fundação Padre Luiz Facchini, observando que existiam as mesmas dificuldades, os documentos foram avaliados, porém não foi realizado nenhuma situação de aprovação ou aprovação com ressalvas. Luciene relata que o conselho fez as ressalvas pela própria controladoria, lembrando que estes dois meses que vieram são anteriores aos meses que o conselho aprovou na outra vez, então aquilo que foi determinado que não iria mais ser aprovado não pode ser feito, pois os mesmos entraram antes, foram corrigidos, tendo um checklist que vai para a Fundação Padre Facchini direto, e o conselho só precisa ter consciência que tem coisas erradas que estamos aprovando, mas estão sendo aprovadas juntos com a controladoria, que é só o carimbo que a Fundação insiste em não carimbar as folhas, pois são documentos, e os mesmos devem ser carimbados. Outro detalhe analisado na outra vez era o motorista, onde haviam dois e era somente um. O que deve ser ressaltado é que são as duas anteriores ao que foi aprovado no mês passado. Aline relata uma questão que foi ressaltada pela conselheira Sandra sobre a questão do alvará sanitário das cozinhas que ainda não possuem. A conselheira Marina relata que a Fundação está indo atrás de recursos financeiros para a conquista do mesmo, tentando parcerias com grandes empresas para reforma dos locais, relata que a SAS continua enviando os usuários para almoçar nas cozinhas, mesmo sem o convênio, que foi encerrado pela prefeitura em abril. Edina relata sobre a dificuldade de quando era conselheira no âmbito de controle social fazer as visitas quando ainda estavam em funcionamento. Edina recorda que na época o COMSEAN chamou a Fundação e a Carolina que era nutricionista da SAS na época, onde a mesma expressou que faz uma análise da técnica que está na Fundação, validando o relatório, sendo o mesmo um documento importante em questão de SAN. Sandra, que era nutricionista da Fundação até 2015 relata que sempre em abril o convênio era encerrado. Relata que o último convênio foi fechado em outubro, sendo o mesmo que o conselho está analisando agora. Aline pergunta se tem alguma previsão de aditarem este contrato novamente. Marina responde que a assistência social havia feito um acordo com a Fundação, que enquanto o abrigo estivesse funcionando, eles fechariam o convênio, pois estavam precisando de vagas para as crianças, porém, o abrigo está para fechar neste mês, permanecendo apenas o projeto cidadão do futuro, sendo assim, somente com alvará sanitário em mãos o convênio poderá ser renovado novamente, lembrando que as mesmas nunca possuíram alvará sanitário. Aproveitando a oportunidade, o conselheiro José relata que no dia de ontem

esteve na Cozinha Comunitária do bairro Paranaguamirim, onde levou algumas verduras, observando que as doações de verduras que estão chegando até a cozinha são precárias, vindo em péssimo estado de conservação. A conselheira Marina relata que está muito difícil conseguir doações de frutas e verduras, porém, as voluntárias são orientadas sobre a separação das mesmas, e não utilizam verduras e frutas estragadas na preparação das refeições. José relata que quando ele doa, os alimentos são de qualidade, relatando a importância em não se doar restos. Marina reforça sobre a busca de parcerias para reformas, e que engenheiros civis já foram até os locais e estão fazendo os projetos para regularizar os imóveis, relata que talvez demore um tempo, pois é um processo bem demorado. Tânia fala sobre a importância do diagnóstico nutricional dos usuários das cozinhas para a renovação do convênio e que esses dados devem ser apresentados. Marina relata que vai verificar sobre a existência destas informações, pois não esteve trabalhando no ano anterior na Fundação. A conselheira Tânia relata que o conselho deve avaliar, determinar, agora que terminou este contrato, fazer uma visita, ver o que está acontecendo, pois não dá para continuar aprovando os pareceres com ressalvas, e mantendo uma unidade de alimentação que não cumpre sua função social, podendo ser que caridosamente aconteça as coisas, e o poder público também, mais especificamente a SAS não está fazendo seu papel, que é auditar, contextualizar aquele ambiente, então, a Fundação historicamente, desde 2002, tem dificuldades em cumprir aquilo que os documentos que assina dizem. Sandra relata que iniciou seu trabalho na Fundação em 2009, e sempre houve dificuldades referente ao repasse desta parcela, pois a mesma não cobre todos os gastos, exemplificou luz, água, estrutura em si, mas que sempre vinha alimentos, tanto do PAA, doações, e até mesmo comprava com seu próprio dinheiro. Algum dos avanços de 2009 para 2016, tempo que Sandra trabalhou como nutricionista na Fundação, foi a dedetização e desratização que todo ano era renovado, mas infelizmente hoje a situação está difícil. Sandra também sugere que para deliberar isto, deve-se criar uma comissão, sendo que a mesma gostaria de se isentar, pois já trabalhou no local, para ir ao local e fazer um checklist para reforçar a necessidade de retomar o recurso, pois a cozinha não deve fechar, sendo que há várias pessoas que realmente necessitam destas refeições. José também se isenta de ir nesta fiscalização por estar envolvido com a comunidade. Sandra sugere que quem deve fazer a visita nas cozinhas, sejam pessoas que não estão envolvidas neste contexto, como a conselheira Marilyn, Gabriela, Tânia, fazendo de fato um relatório para verificar qual a real necessidade, se estão fazendo um controle das refeições diárias e se as pessoas são cadastradas. Marilyn reforça a necessidade de ter a avaliação nutricional dos usuários. Edina relata que neste sentido, corroborando com o que a conselheira Sandra está falando, gostaria de fazer uma reflexão voltada a Política de Segurança Alimentar e Nutricional do município, o conselho deveria ter a prerrogativa de que, se encerrou o convênio, ter uma aprovação deste encerramento, então cabe ao conselho fazer uma comissão para o estudo de buscar todos estes dados, respaldar, e o próprio conselho apresentar seu próprio parecer, com dados sobre o diagnóstico nutricional, número de famílias, entre outros, pois quem não aprovou o convênio talvez não viu por este lado, e sim pela burocracia no município que as vezes impede de ver esta questão, e o conselho como política de SAN, tem que se fazer ver, e fazer valer. Independente se o conselho não conseguiu realizar as visitas nas cozinhas, mas como conselheiros já estavam acompanhando esta história, ressalta que vale muito sim fazer uma comissão e uma visita, com registro de fotos e dados, fazendo um parecer se o conselho é favorável ou não a renovação do convênio e que o município repense sobre a situação. Edina coloca-se a disposição como colaboradora em conhecer e realizar este estudo. Sandra sugere que esta visita e estudo sejam rápidos, pois, a Fundação já está sem auxílio financeiro. Luciene concorda na criação de uma comissão, tendo que ver a disponibilidade de todos, mas que o conselho também tem outras prioridades, tendo que seguir em frente o mais rápido possível. Sugere que a conselheira Marina ofereça alguns dados para que o processo seja mais rápido, para que o conselho possa ajudar a Fundação mais rapidamente. Aline questiona sobre os pareceres da Fundação que estão para serem aprovados, qual é a deliberação do conselho referente aos mesmos. Edina se abstém de votar e sugere fazer primeiramente o estudo. Aline relembra que o conselho está analisando os documentos anteriores, do tempo que ainda havia convênio. Luciene relata que a Secretaria de Assistência Social fez uma maneira diferente de analisar os documentos que vem com um checklist, onde o conselho já aprovou a prestação de contas da parcela 05 e 06 e outras parcelas anteriores, não vindo para análise a parcela 04. Luciene relata também que todos itens faltantes voltam para a Fundação, sendo corrigidos e enviados de volta, e em todas elas o que falta é o carimbo e numeração de páginas. Relembra que a parcela 04 ainda não veio para aprovação, e fala que sua preocupação é ficar aprovando com ressalvas. Tânia diz que a prioridade é o conselho cumprir com a responsabilidade, pois na medida em que o nome do COMSEAN, e o dos conselheiros individualmente são expostos, podem gerar no futuro algumas dificuldades, e sugere que o conselho pergunte pela prestação de contas da parcela 04 que está faltando. Relata também que não concorda em ficar aprovando com ressalvas, pois é uma situação que não sabe se é para o bem ou mal. Luciene

juntamente com os conselheiros decidem que não será aprovado a quinta e sexta parcela, questionando onde está a parcela de número 04. A conselheira Marcia questiona sobre as cozinhas comunitárias, a quem pertencem, e sobre a prestação de contas, se é informado o número de usuários, e quem escreve este relatório. Luciene relata que estes dados são expostos no relatório, mas que o conselho está querendo saber sobre o diagnóstico nutricional, se os usuários melhoraram seu estado nutricional neste período em que se alimentam nas cozinhas. Sandra relata que estes dados eram realizados no ano em que trabalhou na Instituição. A conselheira Marina que é nutricionista no local, relata que não sabe informar se houve a coleta de dados no ano de 2016 pois não estava trabalhando no local, sendo que vai verificar com outra nutricionista que trabalhou neste período. Marina também relata que está coletando estes dados no momento. Tânia sugere que a mesma apresente os mesmos para o conselho assim que terminar para que todos entendam que as cozinhas comunitárias não são apenas caridade e sim possuem uma função social. Sandra relata sobre a importância do cadastramento para saber quantos usuários almoçam no local, porém Marina relata que no momento a Fundação não possui Assistente Social para realizar este trabalho, apenas uma psicóloga. Aline fala que esta função cabe somente a Assistente Social. O conselho delibera que as parcelas 05 e 06 não serão aprovadas, sendo que a secretária Aline mandará um ofício a SAS questionando sobre a parcela 04. **1.5 Relato visita Escola Machado de Assis e Vigilância Sanitária.** A conselheira Heloisa inicia o assunto relatando que no dia 03 de maio, juntamente com os conselheiros Paulo e Edina, realizaram uma visita a Escola Machado de Assis, por conta de uma denúncia que o COMSEAN recebeu, em relação a cantina terceirizada da escola, que está vendendo alimentos proibidos em lei, sendo que a escola é particular e suas atividades só ocorrem pela parte da manhã e tarde. Heloisa também relata que a estrutura da cantina é boa, a higiene do local é correta, extremamente atrativa, cheio de televisores que mostram os produtos que a mesma vende, possui assados, frutas, saladas de frutas, mas, possui muito mais alimentos que não devem ser vendidos. O dono da cantina justifica que possui estes alimentos pois em sua cantina frequentam alunos de idade maior e professores. Os conselheiros foram fazer a visita com um checklist, expondo sobre alimentos mais saudáveis, e questionando se o dono não teria condições de oferecer estes alimentos. Dando sequência a conversa, o dono revelou que fazia uma semana que havia recebido o Alvará da Vigilância Sanitária, neste momento os conselheiros se questionaram sobre qual é a fiscalização que a vigilância faz para emitir um alvará para uma cantina que não segue a legislação. Sendo assim, os conselheiros decidem fazer uma reunião com a vigilância sanitária para entender qual o papel dos mesmos nesta fiscalização, e questionar que o que eles observam é somente a parte de equipamentos, limpeza, higiene pessoal, ou se, verificam o que está sendo vendido para as crianças. Após duas semanas, os conselheiros realizaram esta reunião com três fiscais que são responsáveis pela fiscalização escolar, onde os mesmos relataram que fiscalizam sobre a legislação, mas que acabam deixando passar, por conta que a cantina atende o ensino médio, pais e professores. O conselho questiona a vigilância sanitária, sobre acompanhar os fiscais nas visitas para liberação de alvará nas cantinas, auxiliando-os neste processo. Os fiscais concordaram com esta ideia, porém a coordenadora da vigilância sanitária diz que isto não é possível, tendo um não como resposta. Luciene relata que esta decisão da coordenadora desestimula a ação do COMSEAN. Edina relata que tentaram sensibilizar o dono da cantina sobre alimentação saudável, tentando plantar uma semente, conversando sobre a responsabilidade do COMSEAN e de política pública em relação a SAN, de realizar oficinas nestas escolas, de qualificar esta informação, colocando as informações em terminais, e divulgar para que chegam até os pais ficarem atentos sobre quais alimentos são oferecidos aos seus filhos. Luciene e Edina lembram sobre a dificuldade da parceria do COMSEAN juntamente com a vigilância sanitária, porém, ressaltam que a coordenadora aceitou realizar um checklist juntamente com o conselho para facilitar as visitas da vigilância nas escolas que requerem alvará sanitário. A presidente Luciene sugere criar uma comissão para auxiliar neste assunto ou encaixar em alguma já existente. Tânia relata que este assunto vai um pouco além de comissão, que deve ser colocado sobre o resgate do papel regulatório do município, seja na fiscalização, proposição de leis, é o que o município tem que comandar, então na CAISAN isso cabe, e este documento, reuniões, deverão ser designadas como uma prioridade, pois, irá passar por vários momentos. O conselho mandará um ofício para saber quem são os representantes da secretaria de saúde no COMSEAN, como também a secretária Aline fará um levantamento das presenças para ver quem está participando das reuniões. **2. Ofícios Recebidos e Enviados. 2.3 Of. 28/2017 - SAS Gabinete (Recebido).** Troca da conselheira Maria de Lurdes pela Édina. **2.4 Of. 56/2017 - SAS Fundos (Recebido).** Envio da prestação de contas da Fundação Padre Luiz Facchini. **2.5 Of. 06/2017 - CAISAN (Recebido).** No qual são entregues 500 flyers de Política Alimentar e Nutricional, elaborado pela Secretaria de Comunicação. **2.1 Of. 81/2017 - COMDI (Recebido).** Ofício para informar sobre criação do dia do conselheiro, a ser celebrado dia 05 de outubro. **2.2 Of. 13/2017 - SAS GUPG (Recebido).** Ofício para informar que estão refazendo a territorialização dos CRAS, e pedindo a todos os conselhos o nome das

suas entidades inscritas, bem como das entidades que fazem parte do conselho em determinados bairros. **2.6 Of. 19/2017 - SAS (Enviado).** Ofício referente a prestação de contas da Fundação Padre Luiz Facchini que veio anteriormente. **2.7 Of. 20/2017 (Enviado).** Ofício referente a uma presidente de APP, que relatava a falta de alimentos básicos como feijão, na alimentação escolar da rede municipal de ensino. **2.8 Of. 21/2017 - SAS (Enviado).** **3. Assuntos Diversos: 3.1 Capacitação SISAN** - Acontece em vários municípios e divide o estado em 7 regiões, o município pode optar por participar de qualquer região conforme cronograma proposto, sendo que na região norte que engloba Joinville, será realizado em São Bento do Sul, no dia 26/07. Na próxima reunião ordinária o conselho verá a possibilidade de deliberar diárias para participar do evento. Os conselheiros que se interessaram em ir são: Marilyn, Luciene, José, Paulo, Gabriela, Heloísa, Fátima e Assessora Técnica do COMSEAN Aline. **3.2 Audiência Pública Plano Decenal da Criança e Adolescente.** O conselho recebeu um convite para participar desta audiência pública que vai acontecer no dia 26/05 as 19h00m, na Câmara de Vereadores de Joinville/SC. A conselheira Edina confirma presença como representante do COMSEAN, e também a presidente Luciene tentará se fazer presente no evento. **3.3 LOA - Prazo Final.** Aline informa que a Comissão de Fiscalização e Finanças que deveria se organizar para fazer uma reunião da comissão, com o intuito de estudar e analisar a LOA, e que deverá ser aprovado na próxima reunião. **3.5 Relato Tânia sobre Semana Acadêmica da Universidade Católica de Santa Catarina.** Tânia relata que apresentou sobre o COMSEAN, com participação dos alunos com perguntas. Também sugere que será interessante fazer uma apresentação oficial sobre o conselho, relatando sobre sua história, comissões, dentre outros assuntos, com o intuito de divulgar o conselho. Havia aproximadamente 100 pessoas. Retorno ao item **1.3 Apresentação do trabalho da Comissão análise do PLAMSAN.** Como restaram poucas pessoas na reunião, os conselheiros decidiram que será realizada uma reunião extraordinária no dia 01/06 as 08h30m para discutir sobre o PLAMSAN. Heloisa sugere que na próxima reunião o ideal não seria se reunir nos grupos, mas sim todos juntos para a discussão. A presidente Luciene agradece a presença de todos e encerra a reunião. Eu, Marina Schöninger Fenner, redigi a presente ata, que será submetida à aprovação do Conselho na próxima reunião ordinária e será publicada no Site da Prefeitura Municipal de Joinville.



Documento assinado eletronicamente por **Luciene Viana Nunes, Usuário Externo**, em 14/08/2017, às 09:57, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **1005555** e o código CRC **3063F7A6**.

Rua Presidente Afonso Penna, 840 - Bairro Bucarein - CEP 89 - Joinville - SC -
www.joinville.sc.gov.br

17.0.050476-0

1005555v2
1005555v2